

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência,

Deputado Alexandre Quintanilha

Assunto: Requerimento para audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Educação e Ciência.

O estudo “Investigadores com atividade de docência no ensino superior”, recentemente divulgado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (outubro 2017), revela a dimensão do fenómeno da precariedade entre os investigadores e os docentes do ensino superior.

No escalão etário dos menores de 30 anos, só 1% dos investigadores doutorados, membros de unidades de I&D financiados pela FCT, estão integrados na carreira. No escalão seguinte, dos 30 aos 34 anos, só 5% estão na carreira.

Para a categoria “outro tipo de docente” foram considerados os docentes convidados, visitantes, ou cujo regime de prestação de serviço é “colaboração” e representam 10% no escalão dos de menos de 30 anos, 18% entre os 30 e os 34 anos e atinge o valor máximo, 19%, no escalão seguinte, dos 35 aos 39 anos.

A maioria dos investigadores nestes escalões etários ficaram colocados na categoria “Investigadores não encontrados como docente no ensino superior português” (89%, 77% e 66% nos escalões dos menos de 30, 30-34 e 35-39 anos, respetivamente). Estes valores recobrem seguramente os bolseiros de investigação nas suas diferentes vertentes (“Pós-doc, Investigador FCT, etc.).

O diploma do emprego científico visou, explicitamente, corrigir esta situação, em particular dos bolseiros de investigação.

O atraso na publicação da regulamentação mas também a oposição declarada de algumas instituições de ensino superior ou, ao menos, dos seus dirigentes, tem levado a que a situação continue com muito poucas alterações.

Impõe-se que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior dê um impulso forte na dinâmica de aplicação do diploma do emprego científico, mesmo que contrariando lógicas adversas, e contribua para o desbloqueamento definitivo dos concursos de acesso aos contratos e às carreiras.

Para esclarecer toda esta situação da aplicação do diploma do emprego científico, que está a exasperar os investigadores, mas também para esclarecer algumas outras situações reveladas pelo estudo da DGEEC, como, a título de exemplo, a exclusão dos investigadores mais novos da docência, é fundamental a palavra do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Atendendo ao papel fiscalizador da Assembleia da República da atividade do Governo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, nos termos legais e regimentais, a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Educação e Ciência.

Assembleia da República, 4 de dezembro de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua

Luís Monteiro